

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.001 - RJ
(2019/0079924-0)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE : **VIAÇÃO PAVUNENSE S/A**
ADVOGADOS : **JOSUÉ RENÊ VIEIRA - RJ059042**
: **MARCO ANTONIO RODRIGUEZ DE ASSIS FILHO E**
: **OUTRO(S) - RJ127777**
EMBARGADO : **BIANCA MOURA LOPES DE ALMEIDA**
EMBARGADO : **EDSON ALVES PIMENTA JUNIOR**
ADVOGADOS : **GUSTAVO SANTORO DE SOUZA LINO - RJ185246**
: **MARIANA MELLO AFFONSO DE ANDRADE - RJ167253**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por VIAÇÃO PAVUNENSE S/A em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial.

Em suas razões, sustenta a parte embargante o seguinte:

Verifica-se no r. acórdão CONTRADIÇÃO ao imputar como reanálise de fatos o que é apenas um mero pleito de reavaliação. Bem como se nota OMISSÃO ao não haver fundamentação no acórdão quanto o pleito de análise da contagem de lucros cessantes conforme disposto no artigo 402 do CC/2002 (fl. 460).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que sejam sanados os vícios apontados.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente